

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Reforço que vem do petróleo	2
Título: Para Espírito Santo, ainda existe espaço para elevação de receita	4
Título: Reserva de mercado e substituição de importações	5
Título: Reserva de mercado e substituição de importações	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Governo de SP lança PPP de iluminação pública para cidades	8
Título: Saiu caro	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Risco hidrológico pode custar R\$ 39 bi às hidrelétricas	9
Título: Taesa mira linhas de transmissão das espanholas e da Eletrobras	11
Título: Exposição ao GSF pressiona geradoras	13
Título: Argentino terá que explicar negócio com Petrobras	14
Título: Usiminas está dividida sobre projeto em MG	16
Título: Alta de preços pode reduzir importação	18
Título: Mineradora obtém autorização para aporte de US\$ 70 milhões	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Reforço que vem do petróleo**

Leilões poderão render US\$ 30 bi em investimentos e US\$ 8 bi em royalties para o Estado do Rio

O petróleo e o gás natural poderão ser uma importante alavanca para ajudar o país, especialmente o Estado do Rio de Janeiro, a sair da profunda crise financeira em que se encontra. Os dez leilões de petróleo marcados para o período de 2017 a 2019 devem render US\$ 30 bilhões em investimentos para o Estado do Rio. O cálculo é da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e considera o aporte necessário para desenvolver os campos localizados no litoral do estado ao longo do contrato, de 35 anos.

Com a expectativa de que sejam descobertas, só nos blocos do Rio, reservas de, no mínimo, 4 bilhões de barris de petróleo, a ANP prevê ainda que o estado deve receber cerca de US\$ 8 bilhões em royalties nas três décadas e meia. Além disso, são estimados outros US\$ 400 milhões para o estado, no mesmo período, em participações especiais (compensação financeira que incide sobre campos de elevada produção). O pico dos investimentos esperados nos campos está previsto para 2025. Hoje, a maior dívida do Estado do Rio é com a União, de R\$ 5 bilhões por ano, valor que vem tentando renegociar.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destaca o forte impacto econômico que tais descobertas e o seu desenvolvimento poderão trazer de benefícios diretos e indiretos ao Estado do Rio.

— Os leilões vão incentivar a volta dos investimentos, o desenvolvimento e a geração de renda — destacou Oddone.

Ao todo, a previsão da ANP é que os dez leilões gerem US\$ 83 bilhões em investimentos no país, além de outros US\$ 125 bilhões em investimentos indiretos (com o petróleo a US\$ 50 o barril). E o potencial total de reservas estimado nas áreas dos leilões é de cerca de dez bilhões de barris.

INTERESSE ESTRANGEIRO

Oddone afirmou que, durante a OTC, a feira internacional do setor, que correu em Houston, nos Estados Unidos, na última semana, os investidores internacionais, tanto de empresas de petróleo como investidores de fundos privados, se mostraram bastante interessados em conhecer detalhes dos leilões

previstos para este ano. O executivo explicou que projeções sobre o potencial das áreas a serem ofertadas nos dez leilões e na economia fluminense foram feitas com base em análises técnicas internas realizadas pela ANP para a preparação dos certames e para fixar o valor dos bônus de assinatura (valor pago para arrematar os blocos).

O diretor-geral da ANP evitou comentar as críticas que vêm sendo feitas tanto pelo governo do Estado do Rio como por políticos sobre o decreto federal, publicado na semana passada, que prevê uma nova metodologia para calcular os royalties do petróleo:

— É uma fórmula mais simples, transparente e objetiva. Vai se comparar o petróleo nacional com os preços internacionais do petróleo que são divulgados diariamente — disse Oddone.

O secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio, Christino Áureo, está otimista com o novo boom do petróleo previsto para os próximos anos, mas garante que medidas serão tomadas para evitar erros pelo mau uso das receitas dos royalties.

— Tenho dito aos investidores que este período de 2014 a 2017 é um período fora da curva do Estado do Rio, que tem um grande potencial em recursos naturais, principalmente de óleo e gás. Acredito que, principalmente a partir de 2020, os anos serão de retomada muito forte nos investimentos no setor — destacou o secretário.

COMPENSAÇÃO PARA GERAÇÕES FUTURAS

Áureo explicou que o governo do Rio já está elaborando vários estudos para se preparar para a retomada das atividades petrolíferas no estado. Sem adiantar detalhes, ele explicou que o plano de ajuste fiscal que está sendo feito conterà medidas para que, no futuro, as receitas dos royalties não sejam mal utilizadas, como aconteceu no passado recente. Segundo ele, é por isso também que o estado está questionando a mudança da base dos cálculos dos royalties feita por decreto. Segundo ele, o Rio precisa ter certeza de como serão feitos esses cálculos para ter previsibilidade em suas receitas.

— No plano de ajuste fiscal, estamos deixando algumas bases importantes para o futuro, como direcionamento da receita versus sustentabilidade do orçamento futuro do estado. O ajuste fiscal que estamos fazendo está resultando em regras, que vamos deixar em uma legislação estadual madura e austera, para se ter um uso melhor dos royalties — garantiu o secretário.

A pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Energia, Fernanda Delgado, disse que a euforia das perspectivas de retomada dos investimentos na indústria petrolífera

não deve deixar de lado a preocupação para que as receitas futuras dos royalties tenham um melhor uso pelo Estado do Rio e pelos municípios:

— Essa retomada tem que ser vista com muito cuidado. O Estado do Rio já viveu esses momentos de euforia nos anos 2000. Não adianta o governo federal promover medidas para atrair investimentos, virem as empresas privadas explorar o petróleo, se não houver uma política para que os recursos dos royalties sejam usados em benefício da sociedade, na educação. Os royalties são uma compensação pela exploração do petróleo, para que as gerações futuras, quando ele acabar, tenham outras atividades econômicas sustentáveis.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Para Espírito Santo, ainda existe espaço para elevação de receita

Se cálculo em estudo pela ANP entrar em vigor, estado prevê aumento de R\$ 50 milhões por ano
Se cálculo em estudo pela ANP entrar em vigor, estado prevê aumento de R\$ 50 milhões por ano

O governo do Espírito Santo, estado que é o segundo maior produtor de petróleo do país, vê perspectiva de aumento de arrecadação com royalties, mesmo com a publicação, na semana passada, do decreto 9.042, que altera os termos para a base de cálculo dos royalties. Na interpretação de Bruno Funchal, secretário da Fazenda do estado, o decreto não excluiria a possibilidade de a Agência Nacional do Petróleo (ANP) publicar resolução com nova proposta de cálculo, na qual técnicos do órgão vêm trabalhando. A proposta da agência beneficiaria estados produtores, incluindo o Rio, que lidera o ranking nacional de produção.

Hoje, o cálculo dos royalties leva em conta o preço de venda do petróleo — estabelecido entre a petrolífera e seu cliente — e o valor de referência do óleo no mercado. Prevalece o que for maior. O decreto publicado quarta-feira passada prevê que, a partir de 1º de maio de 2018, o valor de referência será a única opção. A ANP definirá mensalmente o montante a ser pago com base na cotação média mensal, no mercado internacional, de uma cesta composta de até quatro tipos de petróleo similares aos produzidos em cada campo no Brasil.

Com a exclusão do preço de venda, o Rio teme uma perda potencial de receita. Para Funchal, no entanto, como o valor de referência já é habitualmente a opção do Espírito Santo no cálculo de royalties, o decreto não faz diferença. Ele avalia que a proposta em estudo na ANP, por outro lado, poderia elevar em R\$ 50 milhões por ano a arrecadação do estado, que hoje é de cerca de R\$ 800 milhões anuais.

A proposta que vem sendo estudada pela ANP também considera características físico-químicas do petróleo nacional, como teor de enxofre e acidez. E vem sendo desenvolvida a partir do pleito de estados produtores, que entendem ser necessária uma revisão no modelo de cálculo, diante de avanços tecnológicos e novas descobertas, que mudaram a produtividade dos campos. A fórmula atual vigora desde 1998. Procurada, a ANP não retornou as ligações.

Nas contas do governo do Rio, caso a proposta da ANP seja aprovada e regulamentada, isso permitiria o incremento de R\$ 1 bilhão na arrecadação anual com royalties. No entanto, na avaliação do secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Rio, Christino Áureo, da forma como o decreto foi redigido, não há garantia de que o modelo em estudo pela ANP vá vigorar.

— Por isso decidimos manter a ação no Supremo Tribunal Federal. Acreditamos no STF como mesa de conciliação. O decreto nos deixou com uma dúvida grande — disse Áureo.

O governo do Rio ajuizou ação no STF pedindo revisão dos critérios de distribuição de royalties.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial / Tema em discussão

Autor:

Título: Reserva de mercado e substituição de importações

Nossa opinião / Lição não aprendida

Usar o mercado interno, as grandes encomendas de equipamentos por parte de empresas estatais, por exemplo, a fim de atrair para o país fabricantes de bens de capital ou do que seja é um mecanismo tentador de indução ao desenvolvimento. Já foi usado alguma vez no Brasil, mas com previsíveis resultados negativos para a sociedade. Esta sempre paga um preço em forma de inflação, quando se executam políticas protecionistas, e arca com desperdício de bilhões em impostos, transferidos para esses programas de substituição de importações.

Em governos da ditadura militar, houve um programa específico para estaleiros equiparem frotas brasileiras. Lançou-se, também, outro ambicioso plano, este para substituir importações de equipamentos e insumos básicos (fertilizantes, petroquímicos em geral). Foi instalada uma capacidade produtiva a um custo nunca contabilizado ao certo — mesmo porque a inflação embaralhou os números. Mas se sabe que foi alto. No final, como no caso dos estaleiros,

empresas quebraram e/ou terminaram adquiridas por outros grupos, inclusive estrangeiros.

Já existiam, àquela época, os "campeões nacionais" termo usado nos governos de Lula e Dilma ao tentarem o mesmo que os generais Médici e Geisel, obtendo idêntico resultado negativo.

Nas gestões lulopetistas, contaminadas pelo nacional-populismo de esquerda, tentou-se o mesmo que na ditadura dos generais de direita: sem maiores preocupações com os custos, injetaram-se bilhões, via BNDES, principalmente para dar musculatura a empresários bem-vistos em Brasília. Quando ainda havia financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, esses "campeões" estavam nos primeiros lugares das listas de doadores de campanha. Por qualquer tipo de caixa, um ou dois.

Um dos aspectos comuns a estas experiências voluntaristas de "política industrial" é a tentativa de produzir no país, com elevados índices de nacionalização, equipamentos que requerem, além de tecnologia, mão de obra muito especializada. Dois pontos fracos do Brasil. Em si, é política sensata incentivar o fornecimento interno de componentes, matérias-primas etc. a grandes projetos de investimentos. Porém, com o pé no chão, sem deixar que delírios ideológicos prejudiquem qualquer programa neste sentido.

Nas delações da Odebrecht, destaca-se um trecho em que Marcelo, principal executivo da empreiteira, considera uma "burrice" esta política, imposta por Lula e Dilma à Petrobras. Afinal, argumenta o empresário, desejavam um índice de nacionalização na faixa de 60% nas plataformas que seriam encomendadas pela malfadada Sete Brasil, quando o país líder no fornecimento dessas sondas, a Coreia do Sul, usa apenas 35% de componentes internos. O resultado foram aumentos de custos que cairiam sobre uma já combalida Petrobras, sob saque do esquema do petrolião. Mais uma vez o voluntarismo não deu certo. Mesmo assim, não é certo que partidos e políticos tenham aprendido a lição.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial / Tema em discussão

Autor: Jesus Cardoso

Título: Reserva de mercado e substituição de importações

Outra opinião / A volta dos empregos

Reformas estruturais importantes, na década passada, tornaram a indústria naval nacional mais preparada para concorrer com as maiores do mundo. Centenas de empresas foram criadas e mais de 82 mil trabalhadores tinham emprego

garantido nos estaleiros, situação bem diferente da década de 1990, quando o país, sem uma indústria local, pagava US\$ 10 bilhões por ano para afretar navios de bandeira estrangeira.

A falta de investimentos e a decisão do governo de acabar com a participação obrigatória da Petrobras, reduzindo drasticamente a exigência do conteúdo local (de 65% para 25%), podendo chegar a zero, podem decretar a falência total da indústria naval. O argumento de que a Petrobras está endividada é um embuste. A dívida da Petrobras tem a ver apenas com a queda do preço internacional do petróleo, os investimentos que ela fez no pré-sal e os fatores cambiais. Só.

Todas as petroleiras estão atualmente endividadas e passando por situação de crises e, mesmo assim, estão correndo para o Brasil em busca do "ouro" que está sendo entregue. Nada impede a Petrobras de continuar como operadora única do pré-sal e manter o conteúdo local mínimo nos patamares que permitem fortalecer a indústria nacional, gerando emprego para milhares de trabalhadores.

A contratação no exterior de sete plataformas, entre 11 previstas para até 2019, além de outras já transferidas para a Ásia, é um crime. A própria Petrobras sabe que a contratação no exterior não é garantia de cumprimento de prazos e de custos menores relativos. São um crime contra a indústria e a engenharia local os chamados desinvestimentos de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018, que não significam outra coisa senão colocar à venda imensos campos de petróleo, já descobertos através de investimentos bilionários da Petrobras.

A venda desses ativos e o fim do conteúdo local são os descaminhos por onde a Petrobras deixará de cumprir o seu papel de indutora do crescimento nacional e de geradora de riqueza e trabalho para o povo, detentora que é do monopólio de reservas monumentais de 200 bilhões a 300 bilhões de barris de petróleo e gás equivalente no pré-sal.

O movimento nacional em defesa da indústria naval não vai permitir que o Brasil ande para trás. Não depois que o país soergueu este setor com grande esforço e investimentos públicos, principalmente, do Fundo de Marinha Mercante, FGTS e FAT. Inclusive para formação de mão de obra qualificada, com cursos técnicos, de engenharia naval e de outras especializações e pós graduações de milhares de trabalhadores.

Todo esse esforço não pode naufragar. Ainda há tempo de mudar essa visão do governo em relação à Petrobras, reconhecendo os erros e acreditando que é possível melhorar e avançar em uma sociedade mais justa, com os empregos e o desenvolvimento de que o país tanto precisa.

Jesus Cardoso é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Governo de SP lança PPP de iluminação pública para cidades**

O governo Alckmin acaba de lançar um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) na área de iluminação pública.

A ideia é melhorar a qualidade do serviço, reduzir custos com manutenção e o consumo de energia, além de gerar emprego, renda e aumento da receita de municípios.

As cidades que aderirem ao Ilumina SP poderão contar com a estrutura da Fazenda paulista para estruturar projetos, edital, contrato e modelo de negócio.

"Ao trocar o mercúrio pelo LED, a prefeitura reduz à metade o gasto de energia e torna a sua rede inteligente", segundo Hécio Tokeshi, secretário estadual da Fazenda. "A telefonia pode implantar sua tecnologia no poste de luz", exemplifica.

Para Tokeshi, se deixar para o setor privado, cada empresa fará com o seu protocolo, sem ganho de escala.

"Poucas cidades têm capacidade para fazer o projeto. O que ocorre é que uma companhia interessada oferece 'graciosamente' o plano pronto, segundo seus interesses."

Quanto à Prefeitura de São Paulo, cuja concorrência para a sua PPP foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Município, afirma que "se ela quiser participar, será um prazer, mas o Estado não depende da capital para lançar a sua."

Os municípios têm um mês para aderir ao projeto. A secretaria da Fazenda estima ter o edital pronto em cerca de seis meses.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Saiu caro**

O TCU (Tribunal de Contas da União) estimou quanto o país deixou de arrecadar por causa da recessão e da corrupção em 2015 e 2016: R\$ 140 bilhões, na soma.

O cálculo é uma atualização de uma equação desenvolvida pela Fiesp em 2011, que leva em conta percepção de corrupção, redução da eficiência do gasto público e desestímulo a investimentos.

"Com a falta de governança e a corrupção, há perda de credibilidade, os investimentos caem e o país deixa de crescer e arrecadar. Fizemos uma conta em termos de tributos desse valor", afirma o ministro Augusto Nardes.

Os técnicos do gabinete do ministro deverão fazer ainda outros cálculos, como o das perdas da Petrobras com a corrupção, com base em dados das auditorias do próprio órgão da União, segundo relata Nardes.

O TCU divulgou no ano passado o resultado das práticas que vieram à tona com as investigações da Lava Jato. Os auditores do tribunal chegaram, então, ao valor de R\$ 29 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Risco hidrológico pode custar R\$ 39 bi às hidrelétricas

O déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) deve custar R\$ 39,7 bilhões às companhias hidrelétricas neste ano, segundo projeções da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) as quais o Valor teve acesso.

O montante é praticamente o dobro do custo do GSF de 2015, de cerca de R\$ 20 bilhões. Naquele ano, esse problema chegou a travar o mercado livre de energia e o governo precisou publicar a Medida Provisória (MP) 688, convertida na Lei 13.203 de 2015, que criou uma alternativa de "seguro" para o risco hidrológico.

O problema não foi solucionado, pois não houve adesão das hidrelétricas contratadas no mercado livre. A questão saiu do foco do governo no ano passado, quando os preços de energia no mercado livre estavam mais baixos e houve boa hidrologia.

Em 2017, o cenário mudou. Para preservar os reservatórios das hidrelétricas no cenário hídrico desfavorável, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) despacha termelétricas na base e determina que as hidrelétricas gerem apenas um percentual da sua garantia física. A entrada crescente de eólicas também agrava a situação, pois menos energia hídrica é despachada. Levando em conta as projeções de oferta e demanda de energia, a CCEE calcula um GSF médio de

80,8% neste ano. Isso significa que as hidrelétricas só poderão gerar esse percentual de suas garantias físicas.

Por exemplo, uma hidrelétrica que tem 100 MW médios de garantia física só geraria 80,8 MW médios no período. Se a usina tiver contratado 95 MW médios, vai precisar comprar os 14,2 MW médios faltantes no mercado de curto prazo, pagando o preço à vista, que está na casa de R\$ 400 por megawatt-hora (MWh).

Como o preço à vista médio estimado é de R\$ 353/MWh para o ano, essa exposição deve chegar aos R\$ 39,7 bilhões projetados pela CCEE. Desse montante, R\$ 26,7 bilhões estão em contratos do mercado regulado.

Os R\$ 13 bilhões restantes estão no mercado livre, o que agrava ainda mais a situação. Desde maio de 2015, muitos geradores conseguiram liminares que limitam os efeitos do GSF a zero ou 5%. No fim de 2015, o governo conseguiu encontrar uma solução para as hidrelétricas contratadas no mercado regulado, que abriram mão das liminares para repactuarem o risco hidrológico. A proposta do governo, porém, não foi considerada atrativa para os contratos das hidrelétricas no mercado livre. Essas empresas preferiram manter as liminares, enquanto discutem uma outra solução com o governo.

Isso já gerou uma inadimplência de R\$ 1,6 bilhão até a última liquidação do mercado de curto prazo feito pela CCEE. Esse montante deveria ter sido pago pelas usinas por uma energia que foi consumida, mas não está sendo quitado. Considerando a projeção de GSF da CCEE, o montante protegido por liminares pode chegar a quase R\$ 15 bilhões, inviabilizando totalmente as operações do mercado livre.

Na semana passada, representantes da CCEE e da Aneel se reuniram com agentes do mercado livre para tentar uma solução para o impasse. "Foi uma conversa no sentido de mapear as alternativas de como superar essa questão, que está dificultando o processo de liquidação, mas ainda não há nada de concreto. Essa já era a nossa expectativa, demos apenas um primeiro passo", disse, ao Valor, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

"O tema deve estar correndo com urgência máxima, é uma conta muito alta. O mercado regulado saiu da conta, o que é importante, mas mesmo assim, o problema só cresce no livre", disse a advogada Ana Karina de Souza, sócia do Machado Meyer.

Outro ponto relevante para o governo é o papel da Eletrobras. A companhia é credora no mercado de curto prazo e tem cerca de R\$ 1 bilhão a receber, segundo o Valor apurou. Além disso, Belo Monte é uma das poucas usinas que não

conseguiu se proteger do GSF nos contratos no mercado livre, e está pagando uma exposição muito maior do que deveria devido ao rateio da inadimplência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Taesa mira linhas de transmissão das espanholas e da Eletrobras

Um dos maiores grupos privados de transmissão de energia do país, a Taesa, que venceu o maior lote do último leilão de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em abril, também planeja fazer aquisições de ativos já em operação no setor, principalmente das espanholas Abengoa e Isolux e da estatal brasileira Eletrobras. Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da empresa, Marcus Aucélio, conta a favor o baixo nível de alavancagem, de 1,7 vez, medido pela dívida líquida/Ebitda, e a posição de caixa ao fim do primeiro trimestre, de R\$ 730 milhões.

"Vamos estudar participar dos leilões e temos uma ótima oportunidade para M&As [sigla em inglês para fusões e aquisições]. Podemos fazer aquisições agora, até porque os investimentos dos leilões são mais lá para frente, em 2021 e 2022. Temos caixa, temos balanço para crescer com M&A agora e também continuar com os greenfields [novos projetos] lá na frente", afirmou o executivo, ao Valor.

"Tem oportunidade de empresas pequenas que sempre olhamos. Tem Abengoa e Isolux, que estão no 'pipeline' deste ano. E tem a Eletrobras, que vem falando que vai vender uma parte das transmissoras no segundo semestre", completou Aucélio.

Segundo ele, todas as oportunidades de aquisições passarão por uma análise das condições técnicas e da documentação dos ativos, em termos fiscais e contábeis.

Lotes arrematados em 2016 e 2017 aumentam em 20,9% receita anual permitida total do grupo, para R\$ 2,957 bilhões

No caso de Abengoa e Eletrobras, o foco principal da Taesa, neste momento, são os ativos operacionais. A empresa não descarta no futuro disputar os projetos ainda não construídos pela companhia espanhola, que, segundo previsão da Aneel, devem ser leiloados no primeiro semestre de 2018.

"São linhas que nos interessam porque elas não operacionais da Abengoa e tem uma sinergia muito grande com a gente. Nos interessamos, sim, pelos ativos não operacionais desde que eles venham nas condições atuais de receita e retorno dos [últimos] leilões", explicou Aucélio.

Com relação aos projetos da Eletrobras, a Taesa não tem interesse pelos ativos que ainda precisam ser construídos. Isso porque as condições de receita e retorno desses empreendimentos são relativas a leilões anteriores da agência reguladora, com baixa atratividade, principalmente em relação às condições dos leilões atuais.

Sobre o leilão realizado em abril, a Taesa arrematou o lote em parceria com a ISA Cteep (50%/50%), com deságio de 33,25% em relação ao preço mínimo proposto pela Aneel. Segundo o executivo, o resultado foi possível graças a uma negociação prévia com fornecedores e prestadores de serviço que permitirá construir o empreendimento, de 1,2 mil quilômetros de linhas no Paraná, por valor 15% menor que o investimento previsto pela Aneel de R\$ 1,93 bilhão. A receita anual permitida do projeto ficou em R\$ 267,3 milhões.

A modelagem financeira da Taesa para o empreendimento prevê 70% de capital de terceiros. A companhia considera contar com financiamento do BNDES e emitir debêntures de infraestrutura.

Com o empreendimento arrematado no leilão de abril e os quatro lotes que a companhia venceu no leilão de outubro de 2016 (sendo dois em parceria com a ISA Cteep), a RAP total do grupo subirá de R\$ 2,442 bilhões para R\$ 2,957 bilhões, um crescimento de 20,9%.

Aucélio destacou que o grupo nunca deixou de participar dos leilões de transmissão. Durante o período de licitações com rentabilidade baixa, a empresa entrou apenas em pequenos projetos com retornos adequados, de acordo com o julgamento da companhia. "A Taesa é o que é hoje dada a essa disciplina financeira que sempre adotou. É um legado que trazemos e vamos manter isso", afirmou.

No primeiro trimestre deste ano, a empresa registrou lucro líquido de R\$ 201,4 milhões no primeiro trimestre de 2017, com queda de 20,6% em relação a igual período do ano passado. Na mesma comparação, a receita operacional líquida recuou 18,02%, para R\$ 332 milhões, e o Ebitda consolidado cresceu 7,4%, totalizando R\$ 394,8 milhões.

Segundo Aucélio, a queda do lucro e da receita ocorreu por um efeito "puramente contábil". "Nossa receita é muito pelos índices de inflação. Tivemos uma queda na correção monetária do ativo financeiro de R\$ 96 milhões".

Ele ressaltou que, entre o primeiro trimestre de 2016 e os três primeiros meses deste ano, o IPCA passou de 3,16% para 1,01% e o IGP-M, caiu de 2,95% para 1,26%.

O executivo destacou ainda que a receita regulatória, das concessões de transmissão que a empresa possui, cresceu 8%, na mesma comparação, passando de R\$ 407 milhões para R\$ 439 milhões.

No primeiro trimestre, o grupo investiu R\$ 14 milhões. A expectativa é investir R\$ 180 milhões em 2017. Desse total, a maior parte, R\$ 130 milhões, é relativa a construções e reforços.

Neste mês, a Taesa pagará R\$ 174 milhões de dividendos, relativos ao último trimestre de 2016. A companhia tem a elétrica mineira Cemig e o FIP Coliseu como seus principais acionistas, com participação de 31,54% e 13,87%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Exposição ao GSF pressiona geradoras

As companhias que têm energia hídrica contratada no mercado livre devem ser as mais pressionadas pelo risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) ao longo deste ano. No entanto, mesmo aqueles contratados no mercado regulado que aderiram ao "seguro" criado pelo governo em 2015 podem estar expostas.

Isso porque as empresas puderam escolher entre níveis de proteção, que podiam ser de 100% ou um percentual menor.

Além disso, mesmo as hidrelétricas protegidas por liminares que limitam o GSF são pressionadas, pois precisam provisionar os montantes equivalentes à exposição. Isso não tem efeito caixa, mas afeta o resultado das companhias.

É o caso da AES Tietê. Com exceção do complexo eólico Alto Sertão II, adquirido recentemente da Renova, a companhia tem a matriz totalmente hídrica e contratada no mercado livre. A geradora participou da reunião com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) semana passada. "Queremos resolver rapidamente, quanto mais rápido melhor", disse Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê.

Das empresas que já divulgaram os resultados do primeiro trimestre, o GSF não foi um problema, devido à alocação menor de contratos no período. Foram os casos da Engie Brasil Energia (antiga Tractebel) e da EDP Energias do Brasil, que registraram ganhos com energia secundária (o contrário do GSF) no período.

A tendência, porém, é que o cenário se reverta ao longo do ano. Segundo os analistas do Credit Suisse, Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho, a combinação do grande déficit hídrico com os preços altos de energia no mercado livre devem pressionar todas as geradoras hidrelétricas. Mesmo aquelas que deixaram uma sobra de energia descontratada na forma de proteção serão afetadas, pois deixarão de ganhar com a venda da energia que não será gerada.

No fim de março, o banco antecipou a isso e rebaixou para venda as recomendações de ações de empresas como Engie e AES Tietê. A Cesp também está exposta, devido ao grande volume de energia vendida no mercado livre.

Com o impasse no mercado livre referente às liminares do GSF (ver mais em Risco hidrológico pode custar R\$ 39 bi às hidrelétricas), não só as hidrelétricas saem perdendo, mas todo o setor elétrico. Os geradores de outras fontes que são credores no mercado livre não estão recebendo integralmente os montantes a que teriam direito desde 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner

Título: Argentino terá que explicar negócio com Petrobras

O empresário Marcelo Mindlin, dono da Pampa Energia e próximo ao presidente Mauricio Macri, terá que se explicar à Justiça da Argentina sobre a compra dos ativos da Petrobras no país.

A juíza Maria Amélia Almeida Carvalho, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, enviou na semana passada uma carta rogatória em que pede aos tribunais argentinos citação dos principais envolvidos no negócio. Quando eles forem efetivamente comunicados, terão cerca de duas semanas para apresentar suas justificativas no processo que contesta a operação. A carta rogatória é um instrumento de cooperação internacional pelo qual se pedem diligências processuais ou oitivas de testemunhas no exterior.

Em ação popular, o advogado carioca Felipe Caldeira contesta a venda de 67% da Petrobras Argentina (PESA) à Pampa, por US\$ 897 milhões. As negociações foram concluídas em 12 de maio do ano passado - mesmo dia em que a ex-presidente Dilma Rousseff foi afastada pelo Senado.

Em 2002, a estatal brasileira pagou US\$ 1,027 bilhão por 58% das ações da Pérez Companc, uma das maiores petrolíferas da Argentina. Também assumiu dívidas estimadas em US\$ 2 bilhões. Catorze anos depois, a saída do país vizinho consolidou uma perda financeira expressiva à Petrobras, segundo o advogado.

Baseado em informações veiculadas na imprensa, Caldeira sustenta na ação que a petroleira teria ignorado propostas melhores para se desfazer dos ativos.

A carta rogatória foi expedida para três empresas: a Pampa Energia, a PESA e a Petrobras Espanha - por questões tributárias, a subsidiária argentina estava vinculada ao braço da empresa em Madri.

A venda dos ativos da PESA enfrenta várias frentes de questionamentos. No Brasil, além da ação judicial, uma investigação no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aberta a pedido do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Na Argentina, a deputada opositora Victoria Donda entrou no fim de abril com um processo na Justiça local contra Macri e o dono da Pampa.

Mindlin também adquiriu a participação acionária de 12% na Petrobras que estava nas mãos da Anses, a administradora nacional dos fundos de pensão estatizados pela ex-presidente Cristina Kirchner. O governo Macri é acusado pela oposição de ter vendido essa fatia na petroleira por um valor abaixo de mercado, gerando perdas à Anses estimadas no processo em até 3 bilhões de pesos - cerca de R\$ 600 milhões.

A deputada argentina, do partido de esquerda Libres del Sur, argumenta que a operação beneficiou "empresários muito ligados ao entorno presidencial" e aponta a súbita valorização das ações da PESA. De 10,3 pesos por ação, valor negociado na venda dos 12% de participação à Pampa Energia, houve um aumento para 17 pesos em abril e 18 pesos atualmente.

Com seus negócios em alta desde a década passada, quando tornou-se controlador da distribuidora de energia elétrica Edenor, Mindlin teve certa proximidade com o casal Kirchner. Caiu em desgraça, no entanto, após seguidas críticas à política de subsídios tarifários que corroía as receitas de setores regulados.

O empresário, que está em 13º na lista dos mais ricos da Argentina, voltou a ter trânsito na Casa Rosada no atual governo. Ele comprou a empreiteira Iecsa, uma das principais do país, que pertencia ao primo do presidente. Também se encarregou de apresentar Macri a pesos-pesados do mercado, como a cúpula do BlackRock, fundo de investimentos americano que é um dos maiores do mundo.

Os ativos da PESA incluíam áreas de exploração de petróleo, uma refinaria, estações de serviço, uma central térmica e participação numa transportadora de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Usiminas está dividida sobre projeto em MG**

Um investimento de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões para ampliar a produção de aço da Usiminas é alvo de discussão na diretoria executiva da empresa há pelo menos seis meses. E, em alguns momentos, com desentendimentos entre os integrantes, que eram cinco até recentemente, e agora quatro. Isso levou à postergação da definição do projeto. Os diretores contrários à aprovação do investimento vêm alegando que a situação financeira da siderúrgica não estaria em condições de arcar com novos desembolsos, conforme apurou o Valor.

O investimento envolve a reforma de um alto-forno da usina de Ipatinga (MG) - o menor dos três existentes, o qual foi paralisado na crise de demanda de aço no país em 2015. Com a reativação, a Usiminas passaria a dispor de mais 800 mil toneladas de produto (placas) a partir do início de 2018, para quando se prevê um movimento mais consistente de retomada do mercado brasileiro.

Com isso, a siderúrgica ficaria com oferta de aço para atender o aumento de demanda interna que se projeta a partir do próximo ano. Caso contrário, terá de recorrer a compras de placas no mercado spot para transformação em produtos laminados em sua usina. A siderúrgica concorre no mercado de aços planos com a CSN, ArcelorMittal e Gerdau, além do material importado.

Desde o ano passado, a siderúrgica mineira passou a comprar placa de fabricantes no mercado interno

Segundo informações, o projeto foi discutido na diretoria - após estudos de viabilidade econômica - em novembro e proposto que a reforma fosse encaminhada ao conselho de administração da companhia para avaliação e aprovação. Mas não houve consenso, com três dos diretores contrários ao encaminhamento e dois favoráveis.

Votaram a favor da retomada da unidade paralisada o então presidente, Romel de Souza, e Takahiro Mori, vice-presidente de planejamento corporativo. Alegando momento não oportuno, devido à situação de fluxo de caixa da empresa e que isso fosse feito junto com a aprovação do orçamento de 2017, se posicionaram contrários Sérgio Leite de Andrade -, presidente-executivo desde 23 de março e na época vice-presidente comercial -, Túlio Chipoletti, vice-presidente industrial, e Ronald Seckelmann, vice-presidente de finanças e de RI.

Em nota ao Valor, a siderúrgica mineira informou: "A Usiminas afirma que a diretoria executiva da companhia está coesa em relação à importância da retomada do Alto-Forno 1 da Usina de Ipatinga (MG) e que discute junto ao Conselho de Administração da empresa o melhor momento para o reacendimento do equipamento".

Segundo informações obtidas pelo Valor, os estudos mostraram que a retomada do alto-forno tem retorno positivo, gerando ganhos para a companhia. Apontaram que o custo da tonelada do aço obtido do alto-forno reformado seria bem inferior ao de aquisição da placa no mercado.

Desde o ano passado, quando desativou as obsoletas áreas primárias da usina de Cubatão (SP), a Usiminas passou a comprar placa de fabricantes no mercado interno - de 100 mil a 120 mil toneladas ao mês. O principal fornecedor é a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que fica em Santa Cruz, no Rio. Outro fornecedor, todavia localizado mais distante, é a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), do Ceará.

A CSA, até fevereiro, pertencia ao grupo alemão Thyssenkrupp. Foi vendida para a Ternium, empresa do grupo ítalo-argentino Techint, por R\$ 4,9 bilhões. A operação ainda se encontra em fase de análise no Cade - órgão antitruste brasileiro. A CSP é controlada por Vale, Dongkuk e Posco.

Conforme informação de uma fonte, em janeiro a diretoria concordou - maioria dos votos - em somente fazer uma apresentação do projeto ao conselho, mas em caráter informativo, pois ainda não havia ocorrido a aprovação do orçamento de 2017 no colegiado. Não houve, todavia, sinal verde da diretoria para encaminhar o projeto à deliberação.

Outra fonte, no entanto, informou que havia sido encaminhado para apreciação dos conselheiros, mas que houve reprovação sob o argumento da situação financeira difícil da empresa. E que em março a diretoria levou outra vez para o colegiado, mas que a avaliação está prevista para ocorrer na reunião deste mês.

Com ou sem divergências, a decisão está pendente há seis meses. A reforma do equipamento, entre aprovação, preparativos para as obras, execução e retomada da produção só deverá ficar concluída por volta de abril, ou maio, do próximo ano.

No primeiro trimestre, a Usiminas voltou a gerar lucro líquido. Foram R\$ 108 milhões, após exibir prejuízos desde o terceiro trimestre de 2014. A geração de caixa (Ebitda) superou R\$ 500 milhões. Neste mês, está previsto entrar R\$ 700 milhões no caixa da companhia, fruto de um acordo de liberação de recursos da

controlada Mineração Usiminas (Musa) firmado em fevereiro com a sócia Sumitomo Corporation.

A Usiminas, desde janeiro de 2012, tem o controle societário compartilhado entre a Nippon Steel & Sumitomo e a Ternium-Techint. Os dois grupos firmaram um acordo de acionistas que vigora até 2031. O fundo de previdência da empresa também participa do bloco de controle. Desde 2013, os dois sócios controladores estão engalfinhados em uma disputa pela gestão da companhia. O caso já foi parar no Tribunal de Justiça várias vezes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Alta de preços pode reduzir importação

As siderúrgicas brasileiras chegam a maio relativamente mais aliviadas em relação a um grande ponto de preocupação recente. A importação, que subiu 73% no primeiro trimestre, em comparação anual, pode começar a desacelerar agora, fruto do encarecimento do aço lá fora e da desvalorização do real.

Desde 20 de abril, os preços da bobina a quente - referência no segmento de planos - e do vergalhão - referência em longos - estão subindo todos os dias na Bolsa de Futuros de Xangai. O aço chinês é um importante termômetro do mercado global, por ser considerado uma espécie de piso. No primeiro caso, o avanço foi de 10,2%, enquanto no segundo houve alta de 8,3%. A cotação média gira em torno de US\$ 455 por tonelada.

Enquanto isso, durante vários momentos o dólar registrou avanço frente ao real, mas após quedas recentes fechou a semana passada praticamente estável. Ou seja, em reais, o produto importado se tornou mais caro.

Antes disso, no começo de abril, o risco de perder mercado para a importação era enorme para as companhias brasileiras. A participação do aço estrangeiro no consumo aparente nacional chegou a 15,3% em março, último dado disponível pelo Instituto Aço Brasil, perto do pico de 17% observado em outubro do ano passado, e anteriormente só visto em julho de 2015.

Na época, analistas e participantes do mercado calculavam o prêmio do aço nacional sobre o laminado a quente importado - ou quanto o preço do produto nacional está acima do preço do aço do exterior, especialmente chinês - em mais de 20%. O próprio presidente da Usiminas, Sérgio Leite, classificou esse nível como "insustentável", em teleconferência há três semanas. Ele também revelou,

em entrevista ao Valor, que estava sendo pressionado pelas distribuidoras para conceder descontos.

O prêmio considerado mais "saudável" para a concorrência é de aproximadamente 10%.

Durante entrevista coletiva na qual apresentou os números de março e projeções para 2017, Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Aço Brasil, criticou a postura do governo federal frente a essa invasão dos importados. "O discurso de liberação da defesa comercial vai na contramão de tudo o que a gente viu no mundo", declarou.

Levando em conta uma comparação anualizada, que compila os dados de um período de 12 meses até aquele mês específico, em março a importação de aço ficou em 2,15 milhões de toneladas no país, 11,5% do consumo aparente de 18,64 milhões de toneladas.

Esse volume marcou seis meses consecutivos de recuperação da demanda, nessa análise, durante os quais o aumento foi de 521,9 mil toneladas. A importação subiu mais no período, 538,1 mil toneladas.

A perspectiva do preço também parece positiva. Enquanto o minério de ferro e o carvão metalúrgico, principais matérias-primas do aço, entraram em viés de baixa, o aço inverteu o sinal e acumula ganhos. Isso manteve a rentabilidade das usinas chinesas, maiores produtoras do mundo, o que pode dar sustentação ao nível atual de produção - e à cotação.

Ao mesmo tempo, há temores de desaceleração na demanda, em linha com as medidas do governo para enxugar o crédito no país. Mas, ao menos até o fim deste semestre, a construção civil deve seguir aquecida na China. A consultoria Capital Economics escreveu em relatório que, em abril, a atividade manteve-se forte, o que coincide com o melhor momento sazonal para o setor. O Citi chegou a afirmar que "o setor imobiliário não recebeu o memorando da siderurgia chinesa de que a demanda está fraca".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Joice Bacelo

Título: Mineradora obtém autorização para aporte de US\$ 70 milhões

Além de permissão do Judiciário para encerrar o processo de recuperação em um período mais curto do que o previsto na Lei nº 11.101, a mineradora Zamin Amapá conseguiu aprovar uma outra condição também não prevista na

legislação: um financiamento para a reestruturação - conhecido como DIP Finance no mercado.

As duas questões, segundo a análise de especialistas, estão alinhadas com o que se espera da reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências. Um grupo criado pelo Ministério da Fazenda vem se reunindo desde o começo do ano com foco na primeira atualização da norma, publicada em fevereiro de 2005.

Faz parte do planejamento a apresentação de um projeto de lei ainda no fim deste primeiro semestre ou início do segundo. Esse grupo pretende alterar e incluir certas situações não previstas na lei atual, mas que por uma necessidade de mercado vêm sendo ajustadas nos tribunais. E uma dessas situações envolve o financiamento dos processos.

O assunto ganhou notoriedade no país com a recuperação judicial da OAS, em que havia a negociação de um empréstimo de R\$ 800 milhões com a Brookfield Infrastructure. O caso foi levado ao tribunal por credores da empreiteira que discordaram das garantias oferecidas como contrapartida e o investidor acabou declinando do negócio.

"O investidor não se sentiu seguro juridicamente porque a lei atual não prevê o DIP Finance e não havia também nenhum precedente sobre a matéria nos tribunais", diz um advogado que acompanhou o desenrolar desse caso.

Já se os estudos da Fazenda forem levados adiante, ficará claro na lei que a empresa devedora poderá celebrar contratos de financiamento garantidos pela oneração ou alienação fiduciária de bens e direitos para financiar as suas atividades, as despesas da reestruturação e a preservação do valor dos ativos.

Uma das propostas prevê, inclusive, que esse financiamento possa ser realizado por qualquer um - mesmo credores sujeitos à recuperação e sócios integrantes do grupo devedor. O investidor teria prioridade no recebimento do que efetivamente injetasse de dinheiro novo.

O caso da Zamin, se não houver contestações, será o primeiro entre os grandes processos de recuperação a contar com um financiamento semelhante ao que vem sendo discutido. O plano aprovado pelos credores e já homologado pela 2ª Vara de Recuperação Judicial e Falências de São Paulo prevê um aporte de US\$ 70 milhões pelo Grupo Jindal.

Será pago em duas parcelas: uma de US\$ 30 milhões e a outra de US\$ 40 milhões. A contrapartida será a transferência do controle da companhia.

"Com isso, a primeira parcela será limpa, sem garantias, e os US\$ 40 milhões restantes vão dividir a garantia com os credores que têm garantia real", detalha

um dos representantes da Zamin no processo, o advogado Luiz Donelli, do Mazzucco, Donelli e Mello Sociedade de Advogados.

A outra questão que consta no plano da Zamin, prevendo o fim da recuperação judicial antes do prazo mínimo de dois anos, também vem sendo estudada pelo grupo do Ministério da Fazenda que irá propor a reforma da lei. Estão em análise condições até mais flexíveis: o processo de recuperação se encerraria assim que o plano fosse aprovado em assembleia-geral de credores e homologado pelo juiz.

Apesar de concordar que a liberação do prazo mínimo "parece boa para as empresas em recuperação", o advogado Renato Mange, do escritório que leva o seu nome, destaca que um outro ponto deve ser levado em consideração. Hoje, pela legislação atual, afirma, se não houver mais processo, não há a possibilidade de a companhia rever o plano que foi acordado com os seus credores (caso esteja com dificuldades de cumpri-lo).

"Tem os dois lados. É bom porque encerra o processo e, com isso, a empresa consegue se recuperar melhor, mas do outro lado ela perde a possibilidade de, se precisar, revisar o plano", diz Mange.

Não se tem notícias ainda se, no projeto em discussão no governo, há regulamentação sobre esse ponto específico. O grupo criado pelo Ministério da Fazenda é formado por 21 profissionais: oito do próprio ministério, um da Receita Federal, dois da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), um do Banco Central, sete advogados, acadêmicos da área do direito e de economia e dois juízes.

MME / ASCOM .